

ONDE ESTÁ O HUMANISMO DA ECONOMIA? A REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO CRIANDO A OBSOLESCÊNCIA DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Carlos Otávio Zamberlan¹

Giovane Silveira da Silveira²

RESUMO

As reestruturações produtivas e a instabilidade econômica do final dos anos 1970 fizeram ressurgir o liberalismo econômico e abalou as bases dos Estados de Bem-Estar Social, que foram considerados o maior avanço social no mundo capitalista. Esse trabalho discute o desenvolvimento de um humanismo econômico partindo da discussão das reestruturações produtivas e da competitividade global, baseando no exemplo das estruturas do Estado de Bem-Estar Social para atingir uma sociedade mais humanitária. Conclui-se que é possível atingir o humanismo econômico desde que sejam feitos investimentos, principalmente em capital humano e na redução das desigualdades sociais.

Palavras-Chaves: Humanismo Econômico; Estado de Bem-Estar Social; Liberalismo.

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como objetivo discutir processos de ressurgimento de estruturas mais humanitárias na economia mundial que possam levar as nações a desenvolver uma estrutura econômica mais relacionada com o que se entende por humanismo econômico. Segundo Di Marco (2006) o humanismo econômico é uma proposta de transformar a economia buscando o desenvolvimento e a consolidação de valores sociais onde se respeite o homem como pessoa e como comunidade. O autor coloca que no humanismo econômico busca-se uma sociedade para o homem

e pelo homem, privilegiando temas como a distribuição de renda, investimentos em educação, saúde e habitação.

Muito desses preceitos se encontravam nos Estados de Bem-Estar Social e que tiveram suas estruturas abaladas a partir das reestruturações produtivas ocorridas, principalmente, com o toyotismo (pós-fordismo), que foram veículos para o surgimento de uma economia de cunho ultraliberal e de livre mercado. A partir das crises macroeconômicas do final da década de 1970 e do aumento da competitividade internacional o discurso neoliberal ganha força e grande parte das conquistas das sociedades passam a ser ameaçadas com propostas de desregulamentação da economia e afastamento do Estado dos mercados. Essas ameaças vieram a se concretizar na maior parte do mundo capitalista, principalmente após o término do socialismo real, em 1989.

Com isso, a economia ficou a mercê dos mercados capitalistas culminando na perda de direitos sociais que foram conquistados pela sociedade por meio dos Estados de Bem-Estar Social no mundo capitalista desenvolvido. Então, as estruturas sociais sofrem um retrocesso, distanciando as sociedades dos princípios que regem uma economia mais humanitária e solidária. Cabe, portanto, discutir os principais motivos que levaram ao levante do liberalismo e a derrocada dos Estados de Bem-Estar Social, buscando identificar formas de fazê-los ressurgir, não só nos países centrais, mas, também, nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, tratando os Estados de Bem-Estar Social como um indutor do desenvolvimento de um humanismo econômico.

2 AS MODIFICAÇÕES ESTRUTURAIS NOS SISTEMAS PRODUTIVOS: A ABERTURA PARA O DISCURSO ULTRALIBERAL

O atual processo de reestruturação de trabalho teve suas origens no século XX após os movimentos de reestruturação produtiva baseados no modelo Toyota de produção. O sistema taylorista/fordista, que entrou em declínio por volta dos anos de 1980, e que se expandiu nas economias centrais no período que compreendeu as duas grandes guerras, deu lugar a uma forma de estruturação empresarial que privilegiaria uma organização de estrutura enxuta e flexível necessária para enfrentar o aumento da concorrência em nível global e a instabilidade macroeconômica da segunda metade do século XX. Essa instabilidade, segundo

Pinto (2007), se deveu ao desequilíbrio das contas externas da maioria dos países em virtude dos choques ocasionados pelo aumento dos preços do petróleo, nos anos de 1973 e 1979, bem como as sucessivas valorizações e desvalorizações do dólar decorrentes disso.

Essa instabilidade macroeconômica gerou cautela nos investimentos produtivos industriais que se arrefeceram nos países capitalistas centrais a par do crescimento, principalmente dos setores de serviços, deslocando parte do consumo a novos setores econômicos, o que exigiu da indústria um redirecionamento estratégico para a crescente agregação tecnológica, maior qualidade e personalização de produtos, em oposição às estratégias até então vigentes (PINTO, 2007). Segundo Gaither e Frazier (2001) a revolução dos serviços impactou fortemente a organização dos sistemas produtivos a partir de sua abrupta aceleração no pós-guerra (II Guerra Mundial).

A grande aceleração desse processo de adoção de tecnologias é proveniente de uma reestruturação dos sistemas produtivos, principalmente o ocorrido no Japão, mais conhecido como toyotismo. Esse sistema passou a empregar trabalhadores multifuncionais, que, diferente do sistema fordista, então vigente na maior parte das indústrias do ocidente, podiam exercer suas funções em vários equipamentos de distintas características pelo fato do sistema produtivo ser organizado em células de produção e não em linhas.

Conforme Tenório *apud* Teixeira (2003) os sistemas de produção baseados no toyotismo são o resultado da evolução das condições institucionais, alimentadas pelo desenvolvimento tecnológico — em especial a tecnologia eletroeletrônica, que não só possibilita, mas também demanda mudanças significativas nos sistemas de produção utilizados pelas principais empresas do mundo. Mudanças como as ocorridas na produção enxuta e flexível, originada no Japão, que focava o produto principal culminando na desverticalização e numa rede de subcontratações de empresas com força de trabalho polivalente (PINTO, 2007).

As características do arranjo produtivo japonês, associadas com métodos desenvolvidos para gerenciamento dos processos produtivos, como o círculo de qualidade e o *Kanban*¹, permitiram uma vantagem competitiva frente aos

¹ *Kanban* em japonês significa cartão, e no sistema de manufatura enxuta (JIT) é o meio de indicar para estação de trabalho antecedente que a estação de trabalho seguinte está pronta para receber um lote de peças que deve ser produzida pela estação anterior. Dessa forma, o sistema impede que

concorrentes ocidentais, que não podiam adotar métodos semelhantes, em grande parte dos casos, pela rigidez de suas instituições, em especial pelos direitos trabalhistas que fora criado junto ao Estado de Bem-Estar Social e que atendia às demandas dos processos produtivos de base taylorista/fordista.

Essa necessidade de mudança na estrutura produtiva permitiu o questionamento do sistema de produção de larga escala fundamentada em unidades produtivas verticalizadas e repletas de trabalhadores especializados, que mantinham certa articulação com os Estados de Bem-Estar Social, que garantiam direitos trabalhistas, que de certa forma, se adaptavam as estruturas produtivas vigentes.

Experiências alternativas de organização do trabalho foram surgindo ao redor do mundo para fazer frente ao aumento do nível concorrencial que ocorreria, principalmente, após a década de 1950. Pinto (2007) destaca as redes de pequenas empresas tecnologicamente desenvolvidas da Terceira Itália², mas deixa claro que foi o sistema Toyota o mais ousado e polêmico. A necessidade de reestruturação produtiva força o questionamento da rigidez das regulações econômicas, principalmente no campo trabalhista, e abre caminho para economistas de cunho liberal solicitar a organização econômica baseada no livre mercado, pregando o afastamento do Estado da economia, que passaria a ser regulada pelo próprio mercado.

3 O FIM DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL OU SUA REMODELAGEM?

A partir do início da década de 1980 o cenário internacional passa a se tornar um campo de batalha para os especialistas neoliberais, onde a globalização é utilizada como um forte argumento na luta para justificar as análises e pressuposições que colocam em primeiro plano a crença nas virtudes dos mercados e que afirmam o posto residual que o Estado deve ocupar (MERRIEN, 2007).

ocorram produções desnecessárias e sejam criados contingentes de estoques de produtos em processamento e final geradores de custo. O sistema assim organizado é conhecido como sistema *pull* (puxar) de produção e esse sistema, por reduzir a produção ao estritamente necessário auxilia a reduzir custos, inclusive com quadro de pessoal.

² Região italiana onde o conjunto de características de experiência produtiva tem conferido dinamismo à economia italiana, como a região centro-Norte de organização industrial típica do conceito de “Distrito Industrial” (CATTANI *apud* PINTO, 2007).

Defesas a visão do novo ideal liberal e crítica ao ideário do Estado de Bem-Estar foram feitas por vários autores como Hayek (2011) quando afirma que a grande maioria das medidas governamentais que têm sido advogadas no campo econômico são ineficazes, seja porque são falhas ou pelo fato de apresentarem custos maiores que suas vantagens. Segundo Essays (1995), Hayek advertia que o envolvimento do Estado causaria danos irreparáveis para a economia, pois afetaria a liberdade individual, sendo esse o principal proplema relacionado com o intervencionismo.

Com relação a isso, o próprio Hayek (2011) defende os princípios de uma sociedade livre, lançando um olhar cético sobre o crescimento do Estado social examinando os desafios colocados para a liberdade por uma intervenção cada vez maior do Estado. Para o autor, a ação estatal pode afetar a busca individual pelo conhecimento com fins de agir sobre o mercado, o que poderia ter um efeito corrosivo sobre a criação, preservação e utilização do conhecimento. Hayek (2011) busca demonstrar que um sistema de livre mercado em uma política democrática sob a tutela de um Estado de Direito e com fortes proteções constitucionais dos direitos individuais, representa a melhor chance para a persistência da liberdade.

A crítica de Hayek ao *welfare state* seguindo essa lógica é conversível em uma defesa do livre mercado, conforme salienta Bachur (2013, p.107), onde

Para Hayek o planejamento pretende substituir o jogo das forças anônimas e espontâneas do mercado por uma inteligência consciente e centralizada, encarregada de tomar decisões acerca da distribuição social de bens econômicos conforme objetivos politicamente determinados. Essa defesa do livre mercado tem uma conotação moral: é o mercado, compreendido como ordem espontânea, que assegura a liberdade individual. Veremos que essa estratégia – a fusão de elementos econômicos e morais em uma teoria do conhecimento –, aparentemente uma releitura plausível do liberalismo, culmina em uma petição de princípio.

Segundo Merrien (2007) as críticas aos Estados de Bem-Estar Social emanam de especialistas dos grandes *Think Tanks* conservadores como o *Frasier Institute*, o *Political Economy Research Center*, o *Adam Smith Institute*, entre outros. Para esses economistas os Estados de Bem-Estar Social devem ser condenados, e suas proposições são bem orientadas afirmando que é imperativo diminuir os encargos do Estado, desregulamentar a economia, suprir os obstáculos às trocas internacionais, reforçar o sentido das responsabilidades sociais e reduzir o espaço da proteção social.

Com isso, os Estados são pressionados a desenvolverem um quadro econômico atrativo para as empresas, pois são elas que possuem maior peso nas economias, porque delas dependem o emprego e os recursos orçamentários, podendo elas exercer chantagem sobre o Estado, ameaçando partir ou reduzir os custos de produção. Dessa forma, os sindicatos perdem força e os Estados são compelidos a criarem um ambiente de baixos encargos sociais, baixa tributação, direito trabalhista flexível e de pouca proteção ao trabalhador.

Em relação a isso Forrester (1997) salienta que a empresa, dentro de um ambiente onde o Estado passa a se distanciar do mercado e a responsabilidade social passa a ser incumbência também da empresa em troca de benefícios ofertados pelo Estado, é convidada a tornar-se “cidadã” e a ela se oferecem diversas subvenções a fim de que ela ofereça empregos. Ela aceita, mas não emprega, desloca-se ou ameaça fazê-lo se tudo não correr conforme sua vontade. E o problema do desemprego? Nem de perto é solucionado. A autora ainda coloca que sempre foi previsível que o auxílio à empresa não criaria empregos, pelo menos não nas proporções profetizadas. Isso fica evidente quando se passa a pensar em termos das reestruturações produtivas, que hoje se baseiam, cada vez mais, na microeletrônica e na redução das estruturas produtivas com corte de pessoal, em outras palavras, na redução do emprego.

Então a empresa é vilã da sociedade? Não é isso, pois não é vocação das empresas serem caridosas, seu fim é o lucro e quando socialmente responsáveis elas não atuam como os Estados deveriam, mas focam sua responsabilidade social de forma que sua imagem seja melhorada para o seu consumidor, o que termina no fim desejado. Esse ponto é abordado por Santos (2003) quando fala que as empresas privadas passam a assumir um papel de assistência social antes deferido ao poder público. Desta forma cabe as empresas escolher os beneficiários, privilegiando uma parcela da sociedade e deixando a maior parte de fora. Lógico que não se está criticando a aparente benevolência da empresa com o intuito de que ela deixe de fazer assistências sociais, mas Santos critica a que custo isso é feito para a sociedade em geral.

O autor coloca que uma empresa, principalmente de grande porte, se instala juntamente com rígidas normas, técnicas e regulamentações comportamentais alterando relações sociais, econômicas e culturais. No discurso oficial, conforme aponta, as empresas são apresentadas como salvadoras do lugar pelo seu aporte

de emprego e modernidade; portanto, são vistas como indispensáveis – possibilitando a chantagem frente ao poder público ameaçando ir embora quando não atendida em suas reivindicações.

Como as empresas passam a ter esse poder? Pode - se dizer que dentre vários fatores dois são essenciais para o fortalecimento da empresa privada na atual economia capitalista. Primeiro, pelas reestruturações produtivas que aumentaram a competitividade a nível global e que para serem implantadas, em grande parte dos casos, necessitavam de reestruturações de ordem econômica, política e social nas instituições vigentes em cada Estado-Nação, como desregulamentação econômica e flexibilização dos direitos do trabalhador, além das instituições que garantem o direito de propriedade. Segundo, pela pregação de que a única forma de atuar em um mercado globalizado era sucumbir à ideologia neoliberal de livre mercado e restrita interferência estatal, que teve anuência de grande parte dos Estados, como o Inglês, com as políticas thatcheristas, e o Norte-Americano, com as políticas reganianas, no período compreendido entre fins dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Então os próprios Estados permitiram que as estruturas capitalistas obtivessem mais poder inclusive sobre eles mesmos? É verdade, mas deve-se considerar que os Estados que ajudaram a “vender” e a implantar a idéia neoliberal eram também capitalistas, estavam eles atuando conforme seus interesses. Para Demo (2005), vivemos em um Estado capitalista e não há razão para supor nele qualquer vocação social. O autor coloca que o Estado de Bem-Estar foi o maior avanço registrado no mundo capitalista, pois conseguiu colocar o capital contra a parede e erigir formato de Estado condizente com sua missão de instância delegada de serviço público. Todavia, salienta que não foi o Estado o “garante da cidadania”, ou seja, que enfrentou o capitalismo para propiciar maior cidadania para a sociedade, mas foi a cidadania popular ativa que forçou o Estado para atuar como meio de regular o capital. Para que isso pudesse acontecer vários fatores exerceram influência, como a organização sindical e partidária, o universalismo da educação fundamental e o associativismo popular, lógico que ao lado do progresso econômico após a II Grande Guerra.

Então, o mercado liberal parecia regulado, no entanto, ele aproveitou-se da crise dos anos 1970, puxada, inclusive, pelo problema do petróleo e culminando com a queda do socialismo real nos fins da década de 1980, para anunciar sua tese de

que a cidadania não pode regular o mercado. Nisso, o Estado de Bem-Estar Social, que fora criado pela cidadania organizada, e não pelo Estado, sofreu uma ruptura em suas bases apoiada pelo próprio Estado, não por ser Estado, mas por ser, também, capitalista.

Pergunta-se, então, o Estado de Bem-Estar sucumbiu à crise dos anos 1970 e à queda do socialismo real findo os anos 1980? Não, mas na maioria dos países desenvolvidos, onde era ele vigente, não se faz presente da mesma forma, com algumas exceções, graças aquilo que o fez surgir e de certa forma se impôs ao capital e ao Estado capitalista: a cidadania popular organizada.

Os Estados de Bem-Estar Social ainda existem, principalmente na Europa, nos países com tradições de social-democracia. Nos países nórdicos o Estado de Bem-Estar Social persiste mesmo após o forte apelo liberal que ressurgiu após as crises econômicas dos anos 1970. Kuhnle (2007) destaca várias características peculiares do modelo nórdico de Estado de Bem-Estar Social dentre as quais estão um elevado grau de intervenção estatal em relação aos demais países europeus (garantia de pensões básicas e serviços de saúde gratuitos ou subsidiados), grande proporção da força de trabalho empregada nos setores social, de saúde e educação (em relação aos padrões internacionais), dependência do setor público para provimento dos serviços educacionais e sociais (cerca de 90% do quadro de pessoal desses setores são de servidores públicos), sistemas de seguro social são desvinculados de aspectos ocupacionais ou classe social (os que recebem altos salários estão incluídos no mesmo sistema que aqueles de baixa remuneração ou mesmo inexistente), o principal meio de financiamento do Estado é a tributação generalizada (que tem efeito de redistribuição da renda).

Demo (2005) salienta que esses Estados mantêm o Bem-Estar Social por conta da pressão cidadã da população, não pela vocação social do mercado, mas pelas populações que conseguem controlar o Estado e o mercado, impondo o bem comum como referencia fundamental. Para o autor, os Estados nórdicos, mesmo em contexto capitalista, mantiveram educação e saúde como direito inalienável de todos, de acesso universal e qualitativo enquanto a grande maioria dos países segue os padrões norte-americanos de liberalismo.

Ao observar as políticas sociais nos Estados de Bem-Estar nota-se a universalidade dessas para que possam atuar sobre a população como um todo ou em grande parte dela. A história é outra para países que se encontram em

subdesenvolvimento ou que estão se desenvolvendo. Nesses países ocorrem políticas sociais que, na verdade, não se coadunam com a noção de Estado de Bem-Estar, apesar de existir um discurso que pretende fazer com que as pessoas acreditem que se deseja chegar a esse ponto.

No Brasil, por exemplo, políticas de cunho social são “marginalistas”, pois são em sua maioria assistencialistas de cunho residual. Demo (2005) coloca essa questão como a perda da visão da cidadania popular, pois estigmatiza o pobre como simples beneficiário, enredando-o definitivamente na dependência subserviente. Em psicologia e pedagogia sabe-se que ao criar um estigma existe uma indução para um determinado comportamento. Ao repetir que determinada pessoa é alguma coisa, pode existir um processo de indução do comportamento dessas em direção a esse algo, pelo menos em certos ambientes sociais.

Demo (2005) cita o programa Fome Zero como um programa que dificilmente sairá do zero, pois os procedimentos de inclusão existentes nivelam a população por baixo, o que significa incluir os pobres na mais extrema margem da sociedade. Para o autor, trata-se de política social como “efeito de poder”, que não desmarginaliza o marginalizado, o empurra mais para a margem. Esse tipo de política estigmatiza o beneficiário como o “coitado da sociedade” e tende a fazê-lo acreditar nisso, criando uma falsa consciência de que a sociedade deve esse tipo de assistencialismo marginalista a ele.

Diferente dos países desenvolvidos, as políticas sociais em países de subdesenvolvimento ou em desenvolvimento devem levar em consideração aspectos de inclusão que não se baseiam unicamente em políticas universais como as existentes em países como os escandinavos, pois se tratam de sociedades com grandes lacunas sócio-econômico-culturais. O tratamento igualitário em sociedades altamente desiguais acaba por privilegiar elites que possuem maior nível cultural e econômico e acabam por agravar essas lacunas. No entanto, deve-se cuidar na geração dessas políticas para não criar estigmas que tendem a ocasionar o mesmo efeito.

Então, é possível manter o Estado de Bem-Estar Social em uma economia de mercado capitalista? O Estado de Bem-Estar Social pode ser um aliado dos regimes de livre comércio, quando a intervenção doméstica e a expansão dos gastos públicos passam a ser compatíveis com a integração dos mercados internacionais. Garret e Lange *apud* Manow (2007) salientam que os Estados de Bem-Estar podem

dar suporte aos ajustamentos necessários frente às alterações nas condições do mercado internacional com políticas ativas no mercado de trabalho. Para Manow (2007), um compromisso com políticas de pleno emprego podem permitir aos sindicatos seguir estratégias de contenção salarial e, dessa forma, maximizarem a segurança do emprego e a longa duração das rendas, garantindo parte da competitividade dos produtos nacionais no mercado mundial.

Para Ferrera (2007), o Estado de Bem-Estar Social necessita ser recalibrado o que significa ancorar estratégias e valorações de política social em explícitas teorias de justiça distributiva e não em teorias obsoletas de conflito de classes e; ainda, atribuir maior peso, no seio dessas teorias, ao valor da equidade. Segundo o autor o Estado deve ser desenhado de modo a ajudar os indivíduos ao longo de seu ciclo de vida, concentrando esforços onde se evidencia problemas de desigualdade e exclusão social, que para ele repousam em políticas de formação e de acréscimo do capital humano e de investimento nos menores em condições de pobreza e não em simples políticas de transferência de renda, que são paliativas.

O investimento em capital humano também reforça um ponto importante discutido ao longo do trabalho, principalmente por Demo (2005), que é a questão da cidadania organizada. Pessoas mais cômicas de seus direitos e, principalmente, dos direitos da coletividade, tendem a se organizar e forçar ações dos seus governantes para garantir-lhes esses direitos, não contra o mercado, mas para, possivelmente, impor-lhe configurações mais civilizadas e humanas.

4 O WELFARE STATE NA EUROPA PÓS-CRISE DE 2008 E NO BRASIL

O Estado de Bem-Estar está sofrendo críticas desde o final do século passado, em virtude do caráter intervencionista do Estado, baseado em preceitos enraizados nos preceitos Keynesianos. Porém, a partir da crise de 2008 há uma intensificação dessas críticas e uma forte pressão para que os Estados reduzam drasticamente seus custos e cortem investimentos, principalmente na área social. Segundo Cruz e Oliveiro (2013) a atual situação de crise abre possibilidade para questionamentos dos modelos existentes de Estado de Bem-Estar colocando dúvidas sobre sua viabilidade.

Os Estados de Bem-Estar, conhecidos como *Welfare State*, surgiram, conforme Pereira (2008), no contexto da formação dos Estados nacionais e com o

desenvolvimento do capitalismo tendo como finalidade atender anseios sociais, e não a rentabilidade econômica privada, sendo altamente contraditório ao modelo capitalista. Esse fato pode ser elemento central das críticas a essa forma de organização, pois teoricamente busca regular o capital para que direitos sociais sejam preservados. No contexto da crise iniciada em 2008, a crítica aos gastos governamentais na área social por parte dos Estados europeus se acentuou; empréstimos feitos aos Estados, como Portugal, só ocorreram se houvessem medidas de contenção de investimentos sociais, chamadas políticas de austeridade, visando garantir que esses Estados tenham condições de honrar suas dívidas.

Apesar das críticas direcionadas aos Estados de Bem-Estar, a crise foi gerada pela política capitalista, onde os Estados saíram em defesa de sua estrutura financeira que estava à mercê de uma estrutura financeira globalizada. Em consequência da crise muitos bancos europeus quebraram, em toda a parte, Grécia, Portugal, Espanha, Islândia e assim por diante. Para impedir um colapso do sistema, os Estados, em sua maioria, assumiram dívidas desses bancos, amenizando a situação perante os mercados.

Mota (2012) em trabalho publicado sobre o pensamento social sobre a crise financeira salienta que foi a crise do setor imobiliário (*subprime*) nos Estados Unidos que contagiou o mercado financeiro mundial, lançando o mundo em uma onda recessiva. Para o autor a crise foi uma “bolha” criada pelo mercado financeiro, que fez uso de títulos de hipoteca de casas vendidas a pessoas que geralmente não tinham condições de pagar por esses bens, para dinamizar a especulação financeira em torno desses títulos, que passavam a múltiplas mãos.

Esses títulos eram misturados com títulos bons e vendidos dentro de um pacote de investimentos, adquiridos também por bancos nas diversas partes do mundo, inclusive aqueles do sistema financeiro pertencente aos Estados de Bem-Estar Europeus. Quando os títulos podres venceram e não foram quitados, isso ecoou em todo o mercado, levando bancos a beira da falência, solicitando o resgate por parte dos Governos. Qual a postura do Estado? Resolver o problema para que isso não atinja um número maior de empresas e pessoas. Mas esse não foi o caso da Islândia.

Em 2009, os principais bancos privados islandeses foram à falência, como consequência da especulação financeira. Como o Estado islandês não assumiu a dívida, países credores como Inglaterra e Holanda pagaram

3.900 milhões de euros e pediram reembolso. O parlamento cogitou em pagar a conta, mas o presidente da Islândia vetou a lei. Os cidadãos daquela ilha, inconformados com o sequestro da democracia e a pilhagem do país por parte dos especuladores, então decidiram organizar um referendo para resolver a questão. O resultado foi que 93% dos islandeses votaram contra o pagamento da dívida, que seria apenas mais uma medida de “socialização das perdas” em favor dos banqueiros. Posteriormente, o parlamento islandês conseguiu negociar a dívida, reduzindo os juros de 5,5% para 3%, passando o prazo de pagamento de 8 para 30 anos. Inconformadas, as agências de rating usaram as mesmas táticas de terror que aplicam a outros países, ameaçando baixar a nota da Islândia com o objetivo de debilitar ainda mais a sua economia e favorecer o mercado financeiro. Mas essa estratégia de intimidação não surtiu efeito. (MOTA, 2012, p.13)

Então, a pergunta que fica é: a crise gerada em 2008 e que repercutiu de forma avassaladora na Europa e em grande parte do mundo é culpa do Estado de Bem-Estar? Ou tem um caráter mais amplo que inclui a falta de regulação que permitiu a especulação desenfreada?

Conforme Bresser-Pereira (2010 *apud* MOTA; 2012) a lógica da crise se alicerça em um processo de “financeirização”, que se constitui em um arranjo financeiro que teve como base a criação de riqueza financeira artificial desligada da riqueza real ou da produção de bens e serviços. Isso não é uma invenção do Estado de Bem-Estar Social e de qualquer outro Estado, mas dos mercados, do capitalismo. Então, porque na Europa as políticas sociais estão sendo execradas? Por que os Estados gastam mais do que arrecadam? Não se tira a razão disso, mas muitos dos gastos do Estado estão atrelados a salva-guarda dos mercados, e quando isso ocorre, onde está a crítica? Acontece que no capitalismo o capital não pode pagar a sua própria conta, mas o social sim.

E como a América Latina e no Brasil percebem o Estado de Bem-Estar? Como já se mencionou acima o *welfare state* conhece suas condições máximas de existência sob os cuidados da social democracia nórdica. Para Kerstenetzky (2012) foi no regime experimentado pelos países escandinavos onde ocorreu a maior diversidade de riscos cobertos, a maior extensão de cobertura da população, o maior nível de adequação, a maior equidade. Os resultados fartamente difundidos são os maiores níveis de redistribuição e os menores indicadores de desigualdade e de pobreza do mundo conhecido. Além disso, a Escandinávia se destaca positivamente também em indicadores econômicos como desemprego, taxa de participação feminina no emprego, taxa de participação de idosos e taxa de

crescimento econômico, contrariando previsões de um *trade off* agregado entre eficiência e equidade. Frente a isso, conforme Cruz e Oliveira (2013) a América Latina sempre viu os Estados de Bem-Estar europeus com admiração e com uma vontade de ter o mesmo modelo em seus países, e o Brasil não fugiu disso.

O estado do bem-estar foi mobilizado para o desenvolvimento econômico na experiência histórica de muitos países. Esse foi, por exemplo, o caso da Alemanha, dos países escandinavos e da Coreia do Sul, mas também do Brasil e outros países da América Latina que usaram políticas sociais em suas estratégias de industrialização por substituição de importações. Essas políticas absorveram os custos sociais desse processo, viabilizaram externalidades positivas, suavizaram choques sobre a renda das pessoas, ao longo da vida e em circunstâncias de crise, contribuíram para o aumento da produtividade e da mobilidade do trabalho, e para o emprego e a redução do desemprego (KERSTENETZKY, 2012).

No Brasil houve um “estado do bem-estar desenvolvimentista seletivo” de acordo a Kerstenetzky (2012), onde houve uma expansão da cobertura populacional, destaca-se a inclusão legal dos rurais, das empregadas domésticas e dos autônomos. As políticas sociais como a valorização do salário mínimo e a expansão das transferências de renda governamental podem constituir-se na materialização desta expansão atualmente. A quantidade de pessoas diretamente afetadas, por exemplo, pela valorização do salário mínimo, seja no mercado de trabalho seja via seguridade social, é calculada em 40 milhões. No Programa Bolsa Família estão mais de 12 milhões de famílias e no seguro desemprego mais de 6 milhões de pessoas.

O estado do bem-estar no Brasil está passando por um processo de *catching up* parcial. Isso, principalmente na medida em que as políticas sociais foram mobilizadas para o “crescimento redistributivo”, apesar de ter seus pontos falhos. Kerstenetzky (2012) destaca que é necessário intensificar a universalização da proteção social e das oportunidades sociais para que este promova desenvolvimento equitativo e sustentado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio buscou gerar uma discussão no intuito de encontrar direções para o desenvolvimento de uma economia mais humanitária. Essa

discussão partiu das mudanças oriundas das reestruturações produtivas e do aumento da competitividade empresarial que iniciaram um processo de ressurgimento dos preceitos liberais e o rompimento das estruturas do Estado de Bem-Estar Social, levando a economia a se apoiar em princípios desumanos que privilegiam exclusivamente o mercado capitalista. A partir disso, buscou-se verificar as origens do Estado de Bem-Estar Social e analisar as estruturas de bem-estar que permanecem, principalmente nos países escandinavos, com o intuito de apoiar-se nesses exemplos para pensar meios de buscar uma sociedade mais humana.

Nota-se que os Estados de Bem-Estar Social foram criados em economias capitalistas desenvolvidas onde se fazia presente uma sociedade cidadã, e que a mesma se organizou em movimentos sociais e conseguiu, por meio do Estado, impor ao capital o bem comum, mesmo com abrangência restrita pelo próprio capital, de forma a não prejudicar seus interesses. Todavia, foram conquistados direitos sociais que trouxeram maior dignidade ao homem e que vinham ao encontro de uma sociedade mais humana.

Porém, em grande parte das nações, que se submeteram a um liberalismo econômico do estilo praticado nos EUA e na Inglaterra, as instituições surgidas no Estado de Bem-Estar Social sucumbiram, permanecendo onde havia uma cultura mais social-democrata, e uma consciência maior de cidadania, como nos países nórdicos. Fato que leva a concluir que as estruturas de Bem-Estar social permanecem ou ressurgem à medida que aumenta a educação da sociedade e a consciência da importância da coletividade e da vida social.

Foi observado nessa discussão que os Estados de Bem-Estar Social necessitam reorganizar suas políticas, investir em capital humano, para que com isso possam contribuir aos interesses do capital e o conflito passe a ser negociado em prol de uma sociedade mais igualitária. Porém, nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, alcançar o humanismo econômico é ainda mais complexo, pois existe uma grande lacuna social, o que não permite o uso de políticas universalistas, mas demanda políticas direcionadas para os marginalizados com o intuito de retirá-los dessa posição social indigna de forma permanente, demandando maior investimento em educação direcionada, principalmente para jovens em posição de pobreza ou miséria absoluta, reduzindo o uso de políticas sociais paliativas como as praticadas atualmente.

Enfim, o humanismo econômico só será construído com investimentos em capital humano de forma a tornar o homem cômico de sua cidadania e de seus direitos, buscando, com isso, amenizar a disputa entre o ser humano e o capital, partindo para uma negociação que permita a imposição do bem comum sem ruir as bases do desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

The productive restructuring and economic instability of the late 1970s resurrected economic liberalism and shook the foundations of the Welfare State, which was considered the greatest social advance in the capitalist world. This paper discusses the development of an economic humanism based on the discussion of productive restructuring and global competitiveness, based on the example of state structures of Social Welfare to achieve a more humane society. We conclude that it is possible to achieve economic humanism since investments are made, especially in human capital and the reduction of social inequalities.

Key Words: Economic Humanism; Welfare State; Liberalism.

NOTAS

¹ Doutor em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS. Professor titular da UEMS.

² Mestre em Educação pela UFMS. Professor da UEMS.

REFERÊNCIAS

BACHUR, J. O Estado de bem-estar em Hayek e Luhman. *Tempo soc. [online]*, v. 25, n. 2, pp. 101-121, 2013.

CALDWELL, B (Org.). *Contra Keynes And Cambridge: Essays, Correspondence*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

CRUZ, P.; OLIVIERO, M. Reflexões sobre a crise financeira internacional e o estado de bem-estar *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*, Curitiba, v. 13, n. 13, p. 325-339, jan./jun. 2013.

DEMO, P. Santo Estado, maldito mercado: de certas esquerdas que são direitas. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 2, p. 451-476, mai./ago. 2005.

DI MARCO, L. El humanismo económico como opción realista. *Aportes, Revista de la Facultad de Economía*, BUAP, Año XI, n. 33, set./dez. 2006.

FERRERA, M. Recalibrar o modelo social europeu: acelerar as reformas, melhorar a coordenação. In: DELGADO, M.; PORTO, L. (orgs.) *O Estado de Bem-Estar Social no Século XXI*. São Paulo: LTr, 2007.

FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GAITHER, N.; FRAZIER, G. *Administração da produção e operações*. São Paulo: Pioneira, 2001.

HAYEK, F. *The constitution of liberty*. Chicago: University of Chicago Press. 2011.

KERSTENETZKY, C. "O Estado do bem-estar e o Brasil"- Notas para a Magister Conference em 29 de março de 2012. In: *IV Seminário Anual do Departamento de Economía*. UNAM/México. Disponível em: <http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/ConferenciaUNAM.pdf> Acesso em 01 de julho de 2014.

KUHNLE, S. O Estado de Bem-Estar Social nos países nórdicos. In: DELGADO, M.; PORTO, L. (Orgs.) *O Estado de Bem-Estar Social no Século XXI*. São Paulo: LTr, 2007.

MANOW, P. As vantagens institucionais comparativas dos regimes de Estado de Bem-Estar Social e as novas coalizões na sua reforma. In: DELGADO, M.; PORTO, L. (Orgs.) *O Estado de Bem-Estar Social no Século XXI*. São Paulo: LTr, 2007.

MERRIEN, F. O novo regime econômico internacional e o futuro dos Estados de Bem-Estar Social. In: DELGADO, M.; PORTO, L. (Orgs.) *O Estado de Bem-Estar Social no Século XXI*. São Paulo: LTr, 2007.

MOTA, L. *A crise de 2008 no pensamento social Contemporâneo*. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanas, Niterói, RJ: ANINTER-SH/PPGSD - Universidade Federal Fluminense: 2012.

PEREIRA, P. *Política Social: temas e questões*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

PINTO, G. *A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: de pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TEIXEIRA, J. Fordismo e pós-fordismo: mecanismos propulsores do capitalismo. *RAU – Revista de Administração da UNIME*, v. 1, n. 1, jun./ dez. 2003.